



CONTRATO Nº 006/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2020000943
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018 - SRP

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE TENDAS E SANITÁRIOS QUÍMICOS, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GURUPI - TO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE E ESPORTES E A EMPRESA PRIME COMUNICAÇÃO LOCAÇÃO E ESTRUTURAS EIRELI.

a) CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE GURUPI, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE E ESPORTES**, inscrita no CNPJ nº 17.718.435/0001-79 com sede no Centro Administrativo, localizado na Rod. BR 242, KM 407, saída para PEIXE, Lote 04, Gleba 08, Quarta Etapa, parte do loteamento da Faz. Santo Antônio, Gurupi - TO, CEP: 77410-970, **neste ato representado por seu Secretário o Sr.º Antônio Carlos Aparecido Barbazia**, brasileiro, casado, Educador Físico, portador do CPF nº 089.254.838-07e no RG nº 18035117 SSP-SP, residente e domiciliado Av. Guanabara, nº 798, Quadra 02, Lote 01, Setor Canaã, CEP: 77.435-110, Gurupi - TO, Telefone: (63)9.8455-9413.

b) CONTRATADA: PRIME COMUNICAÇÃO LOCAÇÃO E ESTRUTURAS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 26.875.979/0001-35, com sede na Rodovia BR 153, Km 666,8, Chácara B-01 Parte das Chácaras 28, 29, 23 e 30, Gurupi - TO, CEP: 77402-970, telefone (63) 3312-8200, e-mail: primeestruturasgpi@gmail.com, neste ato representada por seu procurador o **Sr. Mário Augusto Batista da Costa**, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF Nº 347.636.001-68 e RG nº 1.491.540 SSP-GO, residente e domiciliado à Rua Senador Pedro Ludovico nº 1670, Centro, CEP: 77.405-140, Gurupi/TO, telefone: (63) 9.9984-9000, e-mail: spaco10@uol.com.br;

Resolvem celebrar o presente Contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente Contrato decorre de adjudicação do **Pregão Presencial Nº 001/2019-SRP**, na forma da Lei Federal nº 10.520/2002, o Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016, Decreto Federal nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Decreto Municipal nº 738 de 01 de Agosto de 2017, Resolução TCE/TO nº 181 de 1º de Abril de 2015, e, subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observadas as alterações e atualizações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais, e ato de Ato de Ratificação do seu Gestor, conforme **Termo de Homologação emitido em 18/02/2019**, Ata de Registro de Preços - ARP nº 009/2019, publicada em 20/02/2019, tudo constante no **Processo Licitatório nº 2018016274**, do qual passa a fazer parte integrante este Instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Objeto Geral do Pregão Presencial nº 001/2019-SRP

2.1.1. Constitui objeto deste Instrumento o **Registro de Preços para futura, eventual e parcelada LOCAÇÃO DE ESTRUTURA FÍSICA, EQUIPAMENTOS PARA EVENTOS DIVERSOS, SERVIÇOS DE DECORAÇÃO/ORNAMENTAÇÃO, SEGURANÇA NÃO ARMADA E OUTROS**, conforme condições, quantitativos e especificações constantes neste Instrumento Contratual e no Termo de Referência (Anexo I) do Edital do Pregão Presencial nº 001/2019-SRP.

2.2. Das especificações do Objeto

2.2.1. As especificações e quantitativos da solicitação de **locação de tendas e sanitários químicos**, para a realização da XXXIV Copa do Craque de Futebol Amador 2019/2020, devendo ser observado que cada diária/serviço corresponde a uma unidade do objeto, no que couber:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
05	Locação de Tendas de 10m X 10m, com pé direito de 2,50 m, estrutura metálica, com teto, cobertura pirâmide, lona dupla face em anti-chama, na cor branca impermeável, com transporte, montagem, desmontagem e aterramento. (Quando necessário, utilizar alongador e calhas). A empresa deverá fornecer emissão e quitação da ART e atender todas as determinações do corpo de bombeiros.	DIÁRIA	15	R\$ 270,00	R\$ 4.050,00
06	Locação de Tendas de 12m X 12m, com pé direito de 2,50 m, estrutura metálica, com teto, cobertura pirâmide, lona dupla face em anti-chama, na cor branca impermeável, com transporte, montagem, desmontagem e aterramento. (Quando necessário, utilizar alongador e calhas). A empresa deverá fornecer emissão e quitação da ART e atender todas as determinações do corpo de bombeiros.	DIÁRIA	10	R\$ 284,00	R\$2.840,00
08	Locação de sanitários químicos portáteis em polietileno ou material similar em alta densidade com processo a vacum, piso antiderrapante e rampa, incluindo o transporte, montagem e desmontagem, manutenção e higienização diária dos banheiros químicos, incluso produtos, materiais e utensílios de limpeza, materiais de reposição e pessoal por conta da Contratada. A empresa deverá fornecer emissão e quitação da ART e atender todas as determinações do corpo de bombeiros.	DIÁRIA	30	R\$ 78,00	R\$2.340,00
TOTAL					R\$ 9.230,00



CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE EXECUÇÃO, DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DE RECEBIMENTO, DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO DO OBJETO, DOS FUNCIONÁRIOS/PRESTADORES DE SERVIÇOS DA CONTRATADA E DOS LOCAIS PARA A EXECUÇÃO CONTRATUAL

3.1. Da Forma de Execução do Objeto

3.1.1. Os serviços/locações deverão ser prestados dentro das exigências, condições e especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I), no Edital e anexos, neste Instrumento Contratual, obedecendo ainda às delegações da pessoa responsável nomeada pelo Órgão Gerenciador/Órgãos Participantes, durante o período de realização dos eventos.

3.1.2. A Contratada deverá disponibilizar, às suas expensas, a **elaboração/fornecimento dos projetos Arquitetônico, Elétrico, Pirotécnico, Incêndio e Pânico**, no que couber, devidamente aprovados, como também a apresentação das ART'S quitadas, e ainda, arcar com as despesas cartorárias e demais taxas provenientes para execução do serviço/locação sem custo para a Contratante, referente a todos os serviços para os quais se fizerem necessários à emissão de tais documentos.

3.1.3. Toda estrutura que exigir **instalação elétrica**, deverá possuir aterramento e estar aprovada pelo Corpo de Bombeiros, como também obedecer às especificações das normas da ABNT, do CREA, sendo de responsabilidade da Contratada todos os projetos para esta aprovação tais como Pânico, Incêndio, Pirotécnico, Estrutural e Elétrico com as respectivas ART'S.

3.1.4. Para os serviços de locação de arquibancada, palco, camarote e outros, **no que couber**, a Contratada deverá atender as normas de segurança estipuladas pelo Corpo de Bombeiros, bem como a documentação exigida em vistoria, se for o caso.

3.1.5. Todos os documentos necessários para a liberação do Corpo de Bombeiros para a devida execução do serviço solicitado deverão ser entregues à Contratante, impreterivelmente em tempo hábil para realização do evento.

3.1.6. Toda estrutura deverá seguir a normativa de segurança vigente do Corpo de Bombeiros Militar – CBM e normas da ABNT, em especial o uso das arquibancadas, camarotes, palco, som, iluminação e demais serviços;

3.1.7. É de responsabilidade da Contratada as despesas relativas à emissão de ART – Anotação de Responsabilidade Técnica para a execução dos serviços, **no que couber**.

3.1.8. Todos os equipamentos e materiais utilizados na prestação dos serviços deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial, como também as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

3.1.9. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas, recursos humanos e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades necessárias, promovendo sua substituição quando necessário.

3.1.10. A Contratada se responsabilizará pelo transporte, montagem, desmontagem, aterramento e manutenção dos equipamentos, e demais cuidados, no que se fizer necessário.

3.2. Das Condições de Fornecimento e de Recebimento

3.2.1 Os equipamentos locados deverão estar em bom estado de conservação e serão avaliados no ato da instalação pelo fiscal designado pela Contratante.

3.2.2 O objeto será dado como recebido de acordo com o Inciso II do artigo 73 da Lei 8.666/93 sendo:

a. Provisoriamente: a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital, da proposta apresentada, da ARP firmada, acompanhados da devida Nota Fiscal, devendo neste momento ser realizada conferência inicial por responsável e se identificada conformidade com as especificações elencadas, o canhoto da Nota Fiscal será assinado;

b. Definitivamente: após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital, seus anexos e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará em **até 01 (um) dia útil e/ou tempo hábil** para a realização do evento, após o recebimento provisório realizada pelo servidor competente designado pela Contratante.

3.2.3. Trocar/substituir, reparar/corrigir, **no prazo hábil e/ou necessário para a realização do evento**, às suas expensas os materiais/equipamentos utilizados na execução do serviço solicitado, caso implique na inexecução do objeto, bem como se forem verificados vícios, defeitos, incorreções, má qualidade ou conservação dos mesmos, ou que estejam fora das especificações do Termo de Referência (Anexo I), independentemente da aplicação das sanções cabíveis.

3.2.4. Independentemente da aceitação, a Contratada deverá garantir a qualidade dos serviços, bem como dos materiais/equipamentos utilizados na execução do objeto, obrigando-se a reparar/corrigir os defeitos, falhas, irregularidades, e se necessário repor/substituir, às suas expensas o objeto que for entregue em desacordo ao apresentado na proposta e exigido no Termo de Referência e na ARP firmada.

3.2.5 Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao fornecimento do objeto, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada sem ônus para a Contratante.

3.3. Dos Prazos para Execução

3.3.1. O prazo para a execução dos serviços solicitados correrá a partir da ciência da solicitação, que será expedida conforme a necessidade da Contratante.



3.3.2. As instalações, montagens, sonorização, iluminação e demais serviços necessários à realização do objeto deverão ser disponibilizados, devidamente instalados nos locais indicados/determinados pela Contratante, em devidas condições de **funcionamento em até 48h (quarenta e oito horas) de antecedência do evento ou atividade a ser realizada**, permanecendo durante todo o período do evento, sem ônus para a Contratante, dentro das especificações exigidas no Termo de Referência e na ARP firmada.

3.3.3. As desmontagens dos objetos deverão ocorrer, obrigatoriamente, em **até 48h (quarenta e oito horas)** após evento ou atividade a ser realizada.

3.3.4. Todos os testes anteriores necessários à boa execução na prestação dos serviços deverão ser feitos a fim de que não ocorram problemas técnicos durante os eventos. Caso algum item apresente problema durante os testes ou durante o evento, deverá ser imediatamente substituído ou restabelecido seu funcionamento, a fim de que não comprometa o evento.

3.3.5. Para fins do item **3.3.2** não será computado o tempo utilizado para transporte, montagem, instalação, testes e/ou desmontagem das estruturas, tendas ou dos equipamentos.

3.3.6. A montagem e a desmontagem das estruturas físicas e dos equipamentos serão realizados no período noturno ou em outro período, desde que não comprometa as atividades do comércio local, conforme necessário.

3.3.7. A Contratada deverá disponibilizar os equipamentos e realizar a retirada dos mesmos na data e hora combinada com a Contratante.

3.4. Dos Funcionários/Prestadores de Serviço da Contratada

3.4.1. A Contratada deverá apresentar à Contratante relação com os nomes de todos os integrantes das equipes de trabalho, bem como os técnicos de som como iluminação, com pelo menos **06 (seis) horas de antecedência** do início do evento.

3.4.2. Os serviços técnicos deverão ser exercidos por profissional qualificado, de maneira eficiente, lembrando que toda responsabilidade recai sobre a Contratada, que está sujeita as sanções previstas neste contrato e no Termo de Referência.

3.4.3. A Contratada deverá disponibilizar número de funcionários suficientes para a perfeita operação dos equipamentos de sonorização, iluminação, montagem e instalação do palco, sendo todos os seus encargos trabalhistas, sindicais, previdenciários e sociais respectivos por sua conta, que será ainda, responsável pelos gastos com estadia e alimentação dos mesmos.

3.4.4. Todos os funcionários/prestadores de serviços de responsabilidade da Contratada deverão estar uniformizados e/ou com identificação, em boas condições de higiene, portando crachá contendo o seu nome, em tamanho de fácil compreensão. Os quais deverão estar instruídos a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelos mesmos, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

3.5. Dos Locais para a Execução dos Serviços

3.5.1 Os locais para a execução dos serviços pleiteados que envolvem instalação, montagem, iluminação, sonorização e demais serviços especificados no Termo de Referência serão informados à Contratada, por responsável competente da Contratante com pelo menos **03 (três) dias de antecedência**, o qual acompanhará/fiscalizará a execução solicitada.

3.5.2 A Contratante terá inteira responsabilidade do fornecimento de tal informação à Contratada dentro do prazo necessário para que a prestadora dos serviços tenha conhecimento prévio da localização, condições, características e complexidades técnicas que envolvem a execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO CONTRATO

4.1. Acordam as partes que o valor total do presente contrato é de **R\$ 9.230,00 (nove mil duzentos e trinta reais)**.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTO, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA FONTE DO RECURSO

5.1. Da forma de Pagamento

5.1.1. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária na conta corrente da Contratada, após a emissão da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à Contratada, e será efetuado em até 30 dias após o Atesto de Recebimento do objeto.

5.1.2. O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a Nota Fiscal que deverá ser o mesmo cadastro habilitado na licitação.

5.1.3. A Contratada deverá emitir Fatura/Nota Fiscal eletrônica correspondente ao objeto fornecido, sem rasuras, fazendo constar na mesma as informações bancárias tais como, o número de sua conta, o nome do Banco e respectiva Agência.

5.1.4. A Nota Fiscal/Fatura emitida pela Contratada deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do Nº do Processo Licitatório, Nº do Pregão, Nº do Contrato, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e fornecimento do objeto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.



5.1.5. A Nota Fiscal deverá ser conferida e atestada por servidor/responsável competente da Administração, e deverá estar acompanhada da(s) Requisição(ões)/solicitação(ões) de compras emitida pelo respectivo Órgão Requisitante responsável pelo pedido, devidamente assinada por servidor público municipal identificado e autorizado para tal.

5.1.6. É condição para o pagamento a apresentação de prova de regularidade de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Débitos Estaduais; Débito Municipal; Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

5.1.7. Nenhum pagamento será efetuado à Fornecedora enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

5.2. Da Dotação Orçamentária e da Fonte do Recurso

5.2.1. A despesa decorrente da contratação correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Juventude e Esportes do Município de Gurupi - TO, quais sejam:

Dotação Orçamentária: **26.2601.27.812.1251.2438** – Manut. Geral da Sec. de Juvent. e Esportes, **Elemento de Despesa:** 339039 e **Fonte de Recurso:** 010.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA, DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E ATESTO DAS NOTAS FISCAIS

6.1. O prazo de vigência do Instrumento Contratual será de **25 (vinte e cinco) dias**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da lei federal nº. 8.666/93, desde que demonstrado interesse público.

6.2. Da Fiscalização do Contrato e Atesto das Notas Fiscais

6.2.1. A fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto contratual serão efetuados por representante da Contratante, por ela designada, de acordo com as condições constantes neste Contrato, observando-se no que couber ao fiscal, às obrigações elencadas no Termo de Referência (Anexo I), bem como as disposições do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

6.2.2. Para recebimento do objeto, fiscalização, acompanhamento da execução do contrato e atesto das notas fiscais fica como responsável o **Sr. Marcos Vinicius Reis Alves**, Cargo: Assessor de Comunicação, telefone: (63) 3301-4314.

6.2.3. Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao fornecimento do objeto, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada sem ônus para a Contratante.

6.2.4. A Fiscalização exercida por interesse da Secretaria Municipal de Juventude e Esportes não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, durante a vigência do Contrato, por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, por qualquer irregularidade, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus servidores conforme art. 70 da Lei nº 8.666/93.

6.2.5. A atuação ou eventual omissão da Fiscalização durante a entrega do objeto e vigência do Contrato, não poderá ser invocada para eximir a Contratada das responsabilidades e obrigações assumidas para a execução do objeto.

6.2.6. A comunicação entre a Fiscalização e a Contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros acerca da execução do objeto.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93 são obrigações das partes:

7.1 Das obrigações da Contratada:

- a) Executar/Fornecer o objeto na quantidade, qualidade, local, prazo e condições estipulados no Termo de Referência, na ARP firmada, bem como, na proposta apresentada em sessão, e valor adjudicado e homologado, em perfeitas condições de utilização, no(s) local(is) indicado(s) pela Contratantes, sendo observadas as exigências e informações do Servidor municipal responsável, sem nenhum custo oneroso para o Órgão em relação ao fornecimento/execução do objeto;
- b) Observar e cumprir, dentre outras, as exigências contidas na **Cláusula Terceira** deste contrato;
- c) Responsabilizar-se com as despesas concernentes ao fornecimento/execução do objeto compreendendo transporte (fretes), entrega, instalação, desmontagem, manutenção, descarregamento, encargos sociais, tributos, impostos, taxas, seguros e encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer outros encargos que incidam direta ou indiretamente no fornecimento/execução;
- d) Arcar com qualquer prejuízo causado ao material em decorrência de seu transporte;
- e) Trocar/substituir, reparar/corrigir, **no prazo hábil e/ou necessário para a realização do evento**, às suas expensas os materiais/equipamentos utilizados na execução do serviço solicitado, caso implique na inexecução do objeto, bem como se forem verificados vícios, defeitos, incorreções, má qualidade ou conservação dos mesmos, ou que estejam fora das especificações do Termo de Referência, independentemente da aplicação das sanções cabíveis;
- f) Atender com prontidão às reclamações/observações por parte do receptor da execução do objeto;
- g) Manter todas as condições de habilitação exigidas no Instrumento Convocatório do certame;
- h) Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente causado o Órgão Solicitante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou propostos;
- i) Comunicar imediatamente e por escrito à Administração, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- j) Atender com prontidão às reclamações por parte do receptor do objeto;



- k) Comunicar à Contratante da modificação em seu endereço ou informações de contato, sob pena de se considerar inteirada eventuais notificações realizadas no endereço constante na ARP;
- l) Comunicar ao servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, por escrito e tão logo constatado, qualquer problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis e necessárias;
- m) Consultar e certificar-se com antecedência junto ao(s) seu(s) colaboradores/fornecedor(es) quanto aos prazos de execução do objeto especificado, não cabendo, portanto a alegação de atraso do fornecimento/execução devido ao não cumprimento das obrigações por parte do fornecedor;
- n) Apresentar, quando necessário, qualquer documento que exija aprovação do Corpo de Bombeiros, tais como: Projeto de Pânico, Incêndio, Estrutural e Elétrico com as devidas ART's quitadas;
- o) Arcar com as despesas referente a alimentação, transporte e demais custos em relação aos profissionais responsáveis por executar os serviços.

7.2. Das obrigações da Contratante:

- a) Caberá a prática de todos os atos de controle e administração deste Contrato.
- b) Providenciar a assinatura e a publicação do Contrato.
- c) Gerenciar o Contrato, acompanhando e fiscalizando sua execução.
- d) Arcar com as despesas de publicação do extrato do Contrato.
- e) Emitir requisição/solicitação do objeto solicitado para entrega.
- f) Receber provisória e definitivamente o objeto solicitado e efetivamente entregue.
- g) Atestar, através de servidor responsável, a(s) Nota(s) Fiscal(is) emitidas pela Contratada.
- h) Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato.
- i) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.
- j) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação as novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.
- k) Observar o cumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- l) Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório.
- m) Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.
- n) Notificar a Contratada por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.
- o) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada desde que não haja impedimento legal para o ato.

7.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior ao preço contratado e a Contratada não puder cumprir o compromisso assumido, a Contratante poderá:

- a) Liberar a Contratada do compromisso assumido, mediante comunicação antes do pedido de serviço, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos apresentados;
- b) Convocar as demais Contratadas para assegurar igual oportunidade de negociação.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

8.1. À Contratada poderá ser aplicada(s) a(s) sanção(ões) adiante, além das responsabilidades por perdas e danos, devendo observar rigorosamente as condições estabelecidas no Edital e sujeitando-se as sanções constantes no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, conforme disposto:

I - Advertência: A sanção de Advertência consiste na comunicação formal ao fornecedor, advertindo-lhe sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, notificando que, em caso de reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada. Sua aplicação se dará nos casos seguintes:

- a) Desistência parcial da proposta, devidamente justificada;
- b) Cotação errônea parcial ou total da proposta, devidamente justificada;
- c) Por atraso injustificado na execução do Contrato, inferior a 30 (trinta) dias, que não importem em prejuízo financeiro à Administração;
- d) Demais casos faltosos que não importem em prejuízo financeiro à Administração.

II - Multas: As multas a que alude este inciso não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em lei. Sua aplicação se dará nos seguintes casos:

- a) Por inexecução diária de atraso injustificado na execução do Contrato, por prazo não superior a 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação: 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total Contratado;
- b) Por inexecução parcial de atraso injustificado na execução do Contrato, por prazo superior a 30 (trinta) dias: 15% (quinze por cento) sobre a parcela contratual não cumprida sujeita ainda à possibilidade de rescisão unilateral;
- c) Por inexecução total injustificada do Contrato: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da obrigação assumida;
- d) Recusa do adjudicatário em receber o Contrato, dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da data da convocação: 15% (quinze por cento) sobre o valor total da proposta;
- e) Por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e não aceito pela Pregoeira no ato da sessão: 15% (quinze por cento) sobre o valor total da proposta;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração: A aplicação da sanção de suspensão temporária será aplicada de forma subsidiária, conforme prevê o art. 9º da Lei 10.520/02. Sua aplicação se dará nos seguintes casos:



- a) Cometer atos fraudulentos, adulterados ou ilegais, que não aqueles atos previstos no art. 7º da Lei 10.520/02, a ser fixado por prazo não superior a 02 (dois) anos, conforme o caso, em função da natureza e a gravidade da falta cometida.

IV - Impedimento de licitar e contratar com este Município e descredenciado no SICAF ou no sistema de cadastramento de fornecedores do Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme o caso, de acordo com o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002:

- a) Após convocado, não celebrar o Contrato dentro do prazo de validade da sua proposta;
b) Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
c) Cometer fraude fiscal;
d) Não mantiver a proposta;
e) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
f) Falhar ou fraudar na execução do CONTRATO;
g) Fizer declaração falsa;
h) Comportar-se de modo inidôneo.

V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, considerando para tanto, reincidências de faltas e sua natureza de gravidade.

8.1.1. Para os fins do **item 8.1.** reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.

8.2. As multas previstas no **item II** serão descontadas, de imediato, do pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso, na forma do §3º do art. 86 da Lei 8.666/93.

8.3. As sanções previstas nos **itens I, III, IV e V do item 8.1**, poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do Licitante no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, onde deverá ser observada a regra de contagem de prazo estabelecida no art. 110 da Lei n.º 8.666/93.

8.3.1. As sanções administrativas serão aplicadas pela Autoridade após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia. A notificação deverá ocorrer pessoalmente, por meio de correspondência com aviso de recebimento e após exauridas estas tentativas e não sendo localizado o licitante faltoso, será devidamente publicado em Diário Oficial restando para tanto devidamente notificado. Na notificação será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa.

8.4. A aplicação de qualquer das sanções previstas nesta cláusula observará o direito constitucional à ampla defesa e ao contraditório.

8.5. As sanções previstas nos **itens I, II, III e IV do item 8.1** são da competência da **Secretaria Municipal de Juventude e Esportes** do Município de Gurupi-TO, conforme o caso.

8.6. A sanção prevista no **item V do item 8.1** é da competência de autoridade superior competente da Administração, facultada a defesa do Licitante no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação ou antes, se devidamente justificada e aceita pela autoridade que a aplicou.

CLÁUSULA NONA - DOS ENCARGOS

9.1. É de inteira responsabilidade da Contratada os encargos, taxas, tributos, transportes, equipamentos de proteções individuais, seguros, contribuições sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciárias e todas as demais despesas necessárias para o fornecimento do serviço ora contratado.

9.2. A Contratante, enquanto fonte retentora descontinuará dos pagamentos a efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela Legislação vigente, fazendo o recolhimento das parcelas retidas nos prazos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1. O Instrumento Contratual poderá ser alterado **unilateralmente pela Contratante e/ou por Acordo entre as Partes**, mediante **motivação formalizada e justificada**, no que couber, obedecendo às disposições dos **artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/93**.

10.1.1. No que se refere ao preço contratado, esse é fixo e irrevogável.

10.2. A Contratada deverá ainda aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários à execução do objeto contratual, até o limite de 25% do valor inicial deste Contrato, sempre precedido de justificativa e formalizado através de termo de aditamento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

11.1. A Contratada obriga-se a executar o serviço em perfeita harmonia e concordância com os termos deste Instrumento Contratual, do Termo de Referência e do Instrumento Convocatório.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

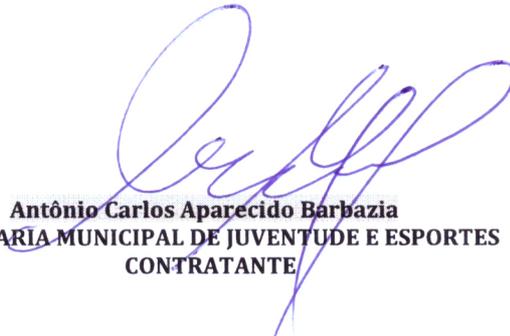
12.1. Reger-se-á o presente Contrato, no que for omissivo, pelas disposições constantes nas Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, Edital do Pregão Presencial nº 001/2019-SRP e Processo Licitatório nº 2018016274.

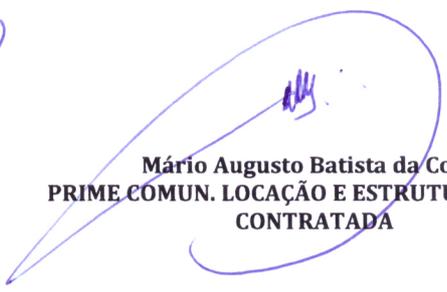
12.2. Farão parte integrante deste contrato, todos os elementos apresentados pela Contratada quando licitante, que tenha servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, independentemente de transcrição.

12.3. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Gurupi/TO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.4. E por estarem de acordo, assinam este contrato os representantes das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Gurupi, Estado do Tocantins, aos 02 dias do mês de janeiro de 2020.


Antônio Carlos Aparecido Barbazia
SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE E ESPORTES
CONTRATANTE


Mário Augusto Batista da Costa
PRIME COMUN. LOCAÇÃO E ESTRUTURAS EIRELI
CONTRATADA

Testemunhas:

1. Julianmy Dias Costa CPF 03368671-18
2. Thiago Douglas Malinho CPF 005 369 131 88

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2020

APREFEITURAMUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS, atendendo ao princípio da publicidade, torna público que realizará a licitação abaixo discriminada, na modalidade Pregão Presencial, nas datas e horários a seguir, estando o edital disponível no endereço eletrônico www.divinopolis.to.gov.br, assim como na sede da Prefeitura Municipal na Avenida Sebastião Borba Santos, nº 606, Centro, Divinópolis do Tocantins - TO. Fone: (63) 3531-1320, (das 07:00 às 13:00h)

PREGÃO PRESENCIAL 013/2020. Processo nº 034/2020. Abertura: 13 de fevereiro de 2020, às 08:00h, visando à contratação de empresa especializada para aquisição de MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, destinado ao atendimento do Fundo Municipal de Saúde, assim como repasses do Governo Federal, Estadual e convênios em geral no Município de Divinópolis do Tocantins - TO, no o exercício de 2020.

Divinópolis do Tocantins-TO, 27 de janeiro de 2020.

Marcelo de Araujo Custódio
Presidente da Comissão de Licitação

GURUPI**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2019.011712**

O Município de Gurupi-TO, através da Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Proteção à Mulher/Fundo Municipal de Assistência Social, TORNA PÚBLICO o Chamamento Público nº 007/2019. Objeto: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS PARA O ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS CARENTES. Entrega dos documentos e inscrição a partir do dia 12/02/2020 até 18/02/2020. Horário: das 08h às 12h e das 14h às 18h. Local: Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Proteção à Mulher, localizada na BR-242, KM 405 (saída para a cidade de Peixe), lote 04, gleba 08, parte do loteamento Fazenda Santo Antônio, Gurupi - TO. Legislação: Lei nº 8.666/93 e demais legislações pertinentes. Edital e anexos disponíveis no site: www.gurupi.to.gov.br.

Gurupi/TO, 28/01/2020.

Silvério Taurino da Rocha Moreira
Secretário Municipal do Trabalho, Assistência Social e Proteção à Mulher

**AVISO LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2019 - SRP**

O Município de Gurupi - TO, através da SECRETARIA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GURUPI-TO, TORNA PÚBLICO a realização do Pregão Eletrônico nº 004/2019-SRP. Processo nº 2019011125. Tipo: Menor Preço por Item, Exclusivos à Participação de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI). Abertura da Sessão Pública: dia 12/02/2020 às 14h30min, horário de Brasília, no portal www.portaldecompraspublicas.com.br. Objeto: Registro de preços para futura, eventual e parcelada AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS DESTINADOS A ATENDER A DEMANDA DE DECISÕES JUDICIAIS. Total de Itens Licitados: 24. Recebimento das Propostas: até às 14h:15min, do dia 12/02/2020, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br. Edital e anexos no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br e www.gurupi.to.gov.br. Legislação: Lei 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações e demais legislações pertinentes. Informações pelo e-mail: cpl@gurupi.to.gov.br.

Gurupi/TO, 28/01/2020.

Gutierrez Borges Torquato
Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO Nº 064/2020

Processo: Nº 2019.016469. Tomada de Preços nº 014/2019. Partes: Município de Gurupi, com interveniência da Secretaria Municipal de Administração e a Empresa RS Engenharia e Construções LTDA, CNPJ nº 06.345.726/0001-42. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DO CENTRO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GURUPI-TO. Assinatura: 17/01/2020. Vigência: 330 (trezentos e trinta) dias corridos a partir da sua assinatura. Valor Global: R\$ 2.860.547,56 (dois milhões, oitocentos e sessenta mil, quinhentos e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos). Dotação: 11.1102.04.451.0464.1503.

Gurupi-TO, 28/01/2020.

Betania Nunes Maciel Fonseca
Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DO CONTRATO Nº 083/2020

Processo Licitatório nº 2018013377. Pregão Presencial nº 047/2019-SRP. Ata de Registro de Preços nº 056/2019. Partes: Município de Gurupi - TO, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, CNPJ nº 17.590.843/0001-98 e WC VIAGENS E TURISMO EIRELI, CNPJ nº 13.480.254/0001-04. Objeto: prestação de serviço de agenciamento de viagens de passagens aéreas. Vigência: a partir da data de assinatura até 31/12/2020. Valor estimado: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Data de Assinatura: 28/01/2020.

Gerson José de Oliveira
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2020000943**

Pregão Presencial nº 001/2018-SRP. Ata de Registro de Preços nº 009/2019. Processo Licitatório nº 2018016274. Partes: SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE E ESPORTES DE GURUPI - TO, CNPJ nº 17.718.435/0001-79 e PRIME COMUNICAÇÃO LOCAÇÃO E ESTRUTURAS EIRELI, CNPJ nº 26.875.979/0001-35. Objeto: locação de tendas e sanitários químicos, para a realização da XXXIV Copa do Craque de Futebol Amador 2019/2020. Valor: R\$ 9.230,00 (nove mil, duzentos e trinta reais). Vigência: 25 (vinte e cinco) dias, a partir da data de assinatura. Data de Assinatura: 02/01/2020.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 007/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2020000942**

Pregão Presencial nº 001/2018-SRP. Ata de Registro de Preços nº 009/2019. Processo Licitatório nº 2018016274. Partes: SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE E ESPORTES DE GURUPI - TO, CNPJ nº 17.718.435/0001-79 e ELTON BARTOLOMEU SILVA - ME, CNPJ nº 14.139.162/0001-10. Objeto: locação de disciplinadores metálicos, para a realização da XXXIV Copa do Craque de Futebol Amador 2019/2020. Valor: R\$ 6.589,00 (seis mil, quinhentos e oitenta e nove reais). Vigência: 25 (vinte e cinco) dias, a partir da data de assinatura. Data de Assinatura: 02/01/2020.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 065/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2020000919**

Pregão Presencial nº 055/2018. Ata de Registro de Preços nº 013/2019. Processo Licitatório nº 2018011548. Partes: SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE E ESPORTES DE GURUPI - TO, CNPJ nº 17.718.435/0001-79 e MASTERFILTROS COMÉRCIO DE FILTROS LTDA, CNPJ nº 15.541.812/0001-11. Objeto: locação de micro ônibus, com motorista. Vigência: até 31/12/2019. Valor: R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais). Data de Assinatura: 17/01/2020.

Antônio Carlos Aparecido Barbazia
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE JUVENTUDE E ESPORTES

EXTRATO DOS CONTRATOS Nº 050 E 051/2020

Pregão Presencial nº 058/2019-SRP. Ata de Registro de Preços nº 060/2019. Processo Licitatório nº 2019002678. Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE GURUPI - TO, CNPJ nº 17.590.843/0001-98. Vigência dos Contratos: 08/01/2020 à 31/12/2020. Data de Assinatura: 08/01/2020.

CONTRATADA: 4S SERVIÇOS PAISAGÍSTICOS EIRELI, CNPJ nº 32.191.816/0001-36.

CONTRATO Nº 050/2020. Processo administrativo nº 2020001001. Objeto: locação de caminhão truck, carga seca, carroceria de madeira, com motorista. Valor: R\$ 93.632,00 (noventa e três mil, seiscentos e trinta e dois reais).

CONTRATADA: REAL MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - ME, CNPJ nº 07.227.314/0001-70.

CONTRATO Nº 051/2020. Processo administrativo nº 2020000792. Objeto: locação de caminhão ¾ equipado com plataforma elevatória articulada. Valor: R\$ 105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais).

Gerson José de Oliveira
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA